

20 MAR 1989

Mantida previsão de crescimento

Getúlio Vilanova

Inflação e crescimento

Médias geométricas móveis, trienais e tendências

O governo mantém sua previsão oficial de crescimento de 1% para a economia este ano, mas a constatação pessimista feita pelo Instituto de Pesquisas do Ministério do Planejamento — de que o PIB deve ter queda pela segunda vez na gestão de José Sarney — não assusta a equipe econômica. A previsão dos técnicos é de estagnação da economia este ano, e, com otimismo, baixas taxas de crescimento ao longo do próximo governo.

“Nossa expectativa é de crescimento zero no PIB este ano. Se houver aumento de 1% ou queda de 1%, ainda assim é um resultado compatível com o plano de estabilização econômica”, assegura um dos formuladores do Plano Verão. A recessão é até positiva, defende ele, desde que seja consequência da redução do déficit público e, que com os cortes de seus gastos, o governo consiga reduzir a inflação.

A recessão, para os responsáveis pelo Plano Verão, é encarada como consequência inevitável para a superação da crise econômica, porque mostra a tentativa do governo de ajustar a economia sem apelar para formas insustentáveis de financiamento, como as que levaram ao crescimento das dívidas externa e interna. “O setor público tem adotado linhas de política que, em regra, procuram atenuar o custo da crise para o setor privado; só que, como consequência, esses custos se concentram cada vez mais no estado”, analisa documento reservado elaborado pelo Ministério do Planejamento que, no início do ano, serviu de base para a preparação do Plano Verão.

Preocupação — “No ano passado, tivemos estagnação econômica, com estouro da inflação, e sem perspectiva de que isso mudasse este ano; o pior dos mundos”, advoga um graduado assessor da equipe econômica. O único temor no governo, principalmente no Ministério do Planejamento, é que não ocorra a esperada redução do déficit e que, com isso, seja frustrada a tentativa de reduzir a inflação nesse período de queda na atividade econômica. “Este ano já desistimos de zerar o déficit, mas é importante que, no ano que

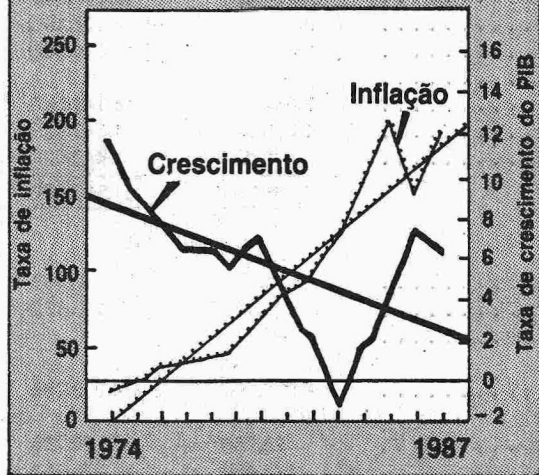
vem, se sinalize um déficit zero”, comenta esse assessor.

Essa preocupação vem orientando os técnicos do governo encarregados da preparação da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, que terá de passar pelo Congresso e comandará a formulação do Orçamento para o próximo ano, o primeiro já do novo presidente. A expectativa dos técnicos dos ministérios do Planejamento e Fazenda é que a redução da inflação e o ajuste nas contas públicas garantam o estímulo para a volta dos investimentos do setor privado.

Crescimento — Esses mesmos técnicos desencorajam quem aposte numa retomada rápida do crescimento, como em 1984, 1985 e 1986, quando o país saiu de uma severa recessão (o fundo do poço foi a queda de 2,8% do PIB em 1983) para taxas de crescimento de, respectivamente, 5,7%, 8,4% e 8%. Ninguém deve esperar tão cedo um crescimento de 6% ao ano, advertem técnicos do Governo, apesar de avaliarem que seriam necessários 7% de crescimento anuais para garantir a absorção e o sustento da população que anualmente ingressa no mercado de trabalho.

Para manter o crescimento dos últimos anos,

Brasil



diz o documento da Seplan, o governo ampliou a taxas alarmantes a dívida pública, o que colocou em descrédito a sua própria capacidade de honrar compromissos e obrigou o Executivo a trabalhar com prazos cada vez mais curtos, até ter cerca de 90% de sua dívida rolando no overnight.

Estratégia — Analisando as contas dos 24 principais países capitalistas, reunidos na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a equipe do Planejamento concluiu, segundo o documento Programa de Modernização e Ajustamento, que antecedeu à formulação final do Plano Verão, que esses países, com políticas que, em geral, adotaram estratégias ortodoxas de ajustamento, com períodos de forte contenção na atividade econômica, conseguiram manter suas taxas de crescimento econômico a níveis históricos, próximos a 2,5% ao ano, de 1974 a 1987, e, ao mesmo tempo, reduzir suas taxas de inflação.

“Já o Brasil obteve o inverso: a cada ano, em geral, mais inflação e menos crescimento”, informa o documento, exemplificando a razão da estratégia recessiva para conter a aceleração inflacionária. (S.L.)